

# UMA PERCEPÇÃO SOBRE O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A SUSTENTABILIDADE NA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

## AN INSIGHT INTO THE PROCESS OF AGRICULTURAL MODERNIZATION AND SUSTAINABILITY IN SMALL FARMS

**JORGE ANDRÉ THOMAS<sup>1</sup>**

**EDISON LUIZ LEISMANN<sup>2</sup>**

**LORENI TERESINHA BRANDALISE<sup>3</sup>**

**RESUMO:** Este trabalho contemplou um estudo de caso único, tendo o objetivo de analisar as mudanças do processo de modernização da agricultura e suas influências para a agricultura familiar e o meio ambiente em uma unidade rural familiar, buscando responder à pergunta: como o processo de modernização da agricultura influenciou o modo de vida dos agricultores familiares? Aplicou-se uma entrevista em profundidade com um agricultor familiar residente no município de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, que se capitalizou ao adotar o pacote tecnológico, preservando, sobretudo o meio ambiente. O estudo possui uma abordagem qualitativa, utilizando-se da análise da narrativa. Identificou-se que ocorreria uma melhoria significativa das condições de vida desta unidade familiar, sendo possível o aumento da produção e renda, exigindo uma adequação das práticas de manejo e também administrativas. A percepção deste agricultor é de que postos de trabalho foram reduzidos, gerando êxodo aos grandes centros, o que ocorre até os dias atuais, mas em ritmo menor. As pequenas propriedades estão voltadas para a preservação dos recursos naturais ainda existentes, pois da natureza, muito se recebeu e, sabe-se que o mundo é finito, exigindo uma mudança de comportamento de todos os entes a ela ligados.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Modernização da Agricultura; Natureza; Mudança

**ABSTRACT:** This work contemplated a single case study, with the objective of analyzing the changes of the modernization process of agriculture and their influences on familiar agriculture and in the environment in a rural family unit, seeking to answer the question: how the modernization process of agriculture influenced the life way of family farmers? It was applied a in-depth interview with a resident in the municipality of Marechal Cândido Rondon, state of Paraná, which is capitalized to adopt the technology package, preserving, above all, the environment. The study has a qualitative approach, using the narrative's analysis. It was identified that there had been a significant improvement in the conditions of life of this family unit, being possible to increase the production and income, requiring an adjustment of work practices and also administrative ones. The perception of this farmer is that jobs have been reduced, causing exodus to the urban centers, what happens until the present days, but at a slower pace. Small farms are aimed at preserving the remaining natural resources, because from the nature, much was received and, it is known that the world is finite, requiring a change in behavior of all entities connected to it.

**Keywords:** Familiar Agriculture; Agriculture's Modernization; Nature; Behavior's Change.

**Sumário:** Introdução - 1 Fundamentação teórica - 1.1 Histórico e evolução do agronegócio brasileiro - 1.2 A modernização da agricultura brasileira - 1.3. Sustentabilidade na agricultura familiar - 2 Delineamento metodológico - 3 Análise dos dados e resultados - 3.1 Dados socioeconômicos - 3.2 Apresentação e análise dos dados da unidade familiar - 3.2.1 Caracterização da do agricultor familiar e da propriedade rural - 3.2.2 Percepção sobre acesso a crédito rural - 3.2.3 Vantagens da vida no campo - 3.2.4 Práticas administrativas - 3.2.5 Percepção sobre o processo de modernização da agricultura - 3.2.6 Percepção sobre a natureza e a sustentabilidade<sup>4</sup> Considerações finais – Referências.

<sup>1</sup> Mestrando em Administração, modalidade profissional, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com pesquisas na linha de Sustentabilidade do Agronegócio. jorgeandrethomas@gmail.com

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Administração pela UFPE (2009). Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2002). professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. elleismann@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), Mestrado em Engenharia de Produção (2001), MBA-Executiva pela Universidade Estadual de Maringá (1998). Docente Associada do Colegiado do Curso de graduação em Administração e do Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - campus de Cascavel. lorenibrandalise@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Segundo a RENAI – Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (2014), que faz parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil é a sétima economia mundial, com um PIB de US\$ 2.4 trilhões, o que representa aproximadamente 50% da economia Latino-Americana. Possui um grande mercado consumidor, com aproximadamente 201 milhões de cidadãos e está localizado ao sul do continente sul americano, o que o favorece em termos de acesso, aos mercados da América Latina e África.

A produção familiar é a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras, por isso, de acordo com Lima e Wilkinson (2002), é importante conhecer a realidade e as dificuldades dos agricultores, visando identificar alternativas de melhorias, como acesso ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentáveis de seus estabelecimentos, bem como a comercialização de seus produtos.

Na agricultura familiar, conforme Lamarche (1994), a família é quem decide e age, bem como é quem organiza e direciona os esforços para o alcance dos objetivos da unidade familiar. Quanto à forma de produção, Roesler (2009) destaca que a agricultura familiar é um modelo de produção, em que a família é ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção bem como responsável pelo trabalho, produzindo conforme a sua estrutura.

Guanzioli *et al.* (2001), citam que no contexto de um mundo globalizado, torna-se relevante à agricultura familiar, sua eficiência e sua viabilidade. Destaca-se a importância da agricultura, de forma análoga à indústria, onde escala e eficiência andam juntas.

O processo de modernização da agricultura brasileira, segundo Roesler (2009) demonstrou as influências das políticas do Estado e do mercado sobre os agricultores, especialmente os agricultores familiares. Quanto à adesão a esse novo processo, Roesler (2009, p. 35) cita que

Houve agricultores que adotaram plenamente o pacote tecnológico, mudaram sua base de produção e se capitalizaram, outros adaptaram as novas tecnologias e tiveram resultados diferentes, assim como houve agricultores que ficaram excluídos tecnicamente, economicamente e socialmente deste processo.

Além dos aspectos técnicos, econômicos e sociais, é imprescindível observar os aspectos ambientais para o alcance da sustentabilidade, conceito diretamente relacionado à capacidade humana de fornecer sustento. Sendo assim,

[...] a sustentabilidade envolve a manutenção dos estoques da natureza ou a garantia de sua reposição por processos naturais ou artificiais, observando-se com cuidado a capacidade regenerativa da natureza. O conceito de sustentabilidade, então, estará atrelado ao uso racional dos recursos, evitando-se desperdícios e adotando-se processos de recuperação e reciclagem. A sustentabilidade poderá ser buscada por meio do desenvolvimento de novas tecnologias, procurando-se substitutos mais eficientes para os materiais esgotáveis (BRANDALISE, 2012, p.22).

Nesse contexto, ao se falar em sustentabilidade no setor agrícola, Romeiro (1998) concorda que esse conceito reflete a ideia de que para o desenvolvimento ser sustentável, deve não apenas ser economicamente eficiente, mas ecologicamente prudente e socialmente desejável.

Leismann (2007) discute fatos relacionados à sustentabilidade econômica das pequenas propriedades agrícolas, especialmente da região oeste do Paraná, onde sua colonização ocorreu a partir de meados do século XX, na forma de pequenas propriedades, por produtores vindos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que desbravaram a região, desmatando e cultivando o solo, com atividades de subsistência. A partir de 1965, com o projeto de modernização da agricultura brasileira, centrado em crédito e incentivos à mecanização, nas propriedades desta região diminuiu a quantidade de mão de obra humana, provocando êxodo, que continua até hoje, porém em ritmo menor.

Diante desta problemática, pretende-se identificar se a modernização agrícola contemplou a sustentabilidade, ou seja, eficiência econômica, prudência no uso e exploração dos recursos naturais e justiça social.

Desta forma, a pergunta de pesquisa é: como o processo de modernização da agricultura influenciou o modo de vida dos agricultores familiares? Para responder a esta pergunta o objetivo geral do estudo é, analisar as mudanças do processo de modernização da agricultura e suas influências para a agricultura familiar e o meio ambiente em uma unidade rural familiar.

Para o alcance do objetivo geral, inicialmente identificou-se o perfil da unidade familiar objeto do estudo de caso; verificaram-se as práticas de manejo e condução das atividades rurais quanto ao processo de modernização; evidenciaram-se

possíveis dificuldades de acesso e adoção de tecnologias na pequena propriedade e analisou-se a percepção do agricultor sobre mudanças socioambientais a partir da modernização agrícola.

Este estudo justifica-se pela predominância, na região oeste do Paraná, de agricultores familiares. Assim, entender a evolução destes, as limitações, incentivos, as limitações ambientais e como a relação de modernização agrícola e sustentabilidade são percebidas a partir de uma unidade familiar.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para embasar este estudo realizou-se uma revisão da literatura abordando o histórico e evolução do agronegócio brasileiro, a modernização da agricultura brasileira e sustentabilidade na agricultura familiar.

### **1.1 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

Conforme Lourenço e Barbosa de Lima (2009), a história econômica brasileira possui fortes raízes junto ao agronegócio. Foi a exploração de uma madeira, o pau-brasil, que deu nome definitivo ao nosso País. A ocupação do território brasileiro iniciada durante o século XVI e apoiada na doação de terras, as chamadas sesmarias ou pequenos lotes de terras, definidas por Nozoe (2014), como sendo resultado de uma lei agrária do reinado de Fernando I, de Portugal, que buscou fomentar a produção agrícola e cultivo de terras abandonadas pelos colonos da época, por conta declínio desta população, em função da peste negra que dizimou grande parte desta e que não obstante, tornou-se rara em função do êxodo aos centros urbanos ou as terras reconquistadas por intermédio das guerras.

Lourenço e Barbosa de Lima (2009) adicionam que além das sesmarias, a monocultura da cana-de-açúcar e o regime escravocrata foram responsáveis pela expansão do latifúndio, sendo que ante a expansão da cana-de-açúcar, predominava a extração do pau-brasil, a primeira atividade econômica brasileira. O processo de colonização e crescimento está ligado a vários ciclos agroindustriais, como a cana-de-açúcar, com grande desenvolvimento no Nordeste; a borracha que propiciou exuberância à região amazônica, transformando Manaus numa metrópole mundial no início do século; logo depois o café torna-se a mais importante fonte de

poupança interna e o principal financiador do processo de industrialização; mais recentemente, a soja ganha destaque como principal *commodity* brasileira de exportação, (RENAI, 2014).

A partir dos anos de 1930, com maior intensidade entre os anos de 1960 até 1980, o produtor rural passou, gradativamente, a ser um especialista, envolvido quase que exclusivamente com as operações de cultivo e criação de animais; por sua vez, as funções de armazenar, processar e distribuir produtos agropecuários, bem como as de suprir insumos e fatores de produção, foram transferidas para organizações produtivas e de serviços nacionais e/ou internacionais fora da fazenda, impulsionando, com isso, ainda mais a indústria de base agrícola. (VILARINHO, 2006).

Atualmente, produtos oriundos do complexo de soja, carnes e derivados de animais, açúcar e álcool, madeira (papel, celulose e outros), café, chá, fumo, tabaco, algodão e fibras têxteis vegetais, frutas e derivados, hortaliças, cereais e derivados e a borracha natural são itens importantes da pauta de exportação brasileira (VILARINHO, 2006).

Segundo Rodrigues (2006), o país possui 22% das terras agricultáveis do mundo, além de elevada tecnologia utilizada no campo, dados estes que fazem do agronegócio brasileiro um setor moderno, eficiente e competitivo no cenário internacional. Todo esse cenário brasileiro atual do agronegócio enquadra-se em uma evolução que remonta ao século XVI. Com isso, faz-se mister ressaltar seus antecedentes históricos até o cenário atual.

## 1.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Em âmbito mundial, a agricultura tem passado por transformações, motivada pela ciência e pelo uso intenso de tecnologias, principalmente na última metade do século, o que expandiu a capacidade produtiva a lado do crescente aumento por demanda de alimentos. A modernização da agricultura, assim chamada na literatura, a partir dos anos de 1960, aliada às competências dos produtores alicerçou a expansão econômica do segmento, tornando este, na virada do século 21, o motor mais dinâmico da economia brasileira e contribuiu para que o Brasil se preparasse para assumir, em um futuro breve, o posto de maior produtor mundial de alimentos e matérias-primas de origem agropecuária. (LOPES; SARTI e OTERO, 2012).

Nantes (1997) discute que a partir da globalização e abertura de novos mercados e o acirramento da concorrência interna, ao empresário rural passou-se a exigir uma mentalidade administrativa, enquanto que antes deste processo, bastava que o produtor rural fosse eficiente no desempenho do seu trabalho, ou seja, dominar técnicas de produção. Empresário rural, segundo Crepaldi (2012), é aquele que exerce profissionalmente uma atividade econômica para a produção ou circulação de bens ou serviços. Assim, ocorre a transição da propriedade rural tradicional para empresa rural, que Marion (2014) define como sendo aquela que explora a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, criação de animais ou ainda por meio da transformação de produtos agrícolas.

Esse processo, requer a quebra da inércia e da comodidade das empresas rurais, exigindo maior interação, questionamentos e não obstante, desenvolvimento. (UECKER; UECKER e BRAUN, 2005).

Um fator determinante ao crescimento e à modernização agrícola foi o aumento de recursos para financiamentos da atividade agropecuária, o chamado crédito rural, que possibilitou uma melhor combinação de fatores mediante um aumento na escala de produção, a qual, por sua vez, viabiliza mudanças tecnológicas, de modo que com a mesma quantidade de fatores combinados, se obtenha níveis mais elevados de produção. (GASQUES; BASTOS e BACCHI, 2008).

Há de se considerar o que Capra (2006) expõe, pois o crescimento tecnológico criou um ambiente no qual a vida se tornou física e mentalmente doentia, onde ar poluído, poluentes químicos, riscos de radiação e muitas outras fontes de estresse físico e psicológico passaram a fazer parte do cotidiano da vida das pessoas, inclusive do homem do campo.

### 1.3 SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Lamarche (1993) define a agricultura familiar como sendo uma unidade de exploração agrícola onde a propriedade e trabalho estão amplamente ligados à família. Roesler (2009) explica que em uma estrutura familiar, a organização da produção é específica, conforme a estrutura que está disponível.

Brandalise (2012) afirmam que os agricultores familiares, até os anos de 1970, produziam alimentos para consumo e vendiam apenas o excedente e

comprando apenas o que não era produzido na propriedade, sendo que todo o trabalho na propriedade era realizado pela família e para a mesma.

Contudo, com a visão de prosperidade, citada por Jackson (2013), necessita-se que os seres humanos cresçam, atinjam maior coesão social e encontrem níveis de bem-estar mais elevados, reduzindo, sobretudo, os impactos sobre o meio ambiente. Há importantes limites a serem considerados quando se trata de prosperidade, pois não se pode esquecer que a natureza é finita de recursos ecológicos, os quais tornam a vida na Terra possível, bem como a capacidade regenerativa dos ecossistemas, das espécies, atmosfera, solo e oceanos. “Nenhum desses recursos é infinito.” (JACKSON, 2013, p. 59).

A ideia de sustentabilidade na pequena propriedade rural precisa considerar o tripé da sustentabilidade ou *triple botton line*, quais sejam, os aspectos internos e externos, vertentes básicas para a sustentabilidade: viabilidade econômica, consciência ambiental e responsabilidade social. (HENRIQUES; RICHARDSON, 2004).

## 2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Quanto aos procedimentos do presente estudo, será utilizado o método de estudo de caso, que Schramm (1971), já definiu como sendo uma técnica capaz de identificar qual a causa que levou a uma decisão ser tomada, como foi o processo a partir desta e ainda, quais os resultados alcançados a partir deste ponto. O estudo de caso pode variar em profundidade e detalhes de acordo com o nível de decisão a ser tomada ou para qual causa pretende contribuir e ainda, de acordo com o nível de entendimento que o pesquisador pretende ter a partir de sua aplicação.

Yin, (2005, p. 19), cita que o estudo de caso é adequado quando “se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Considerando as variáveis resultantes do processo de modernização agrícola e efeitos sobre o meio ambiente, pretende-se analisar o caso de uma unidade familiar, que se capitalizou adotando o pacote tecnológico, preservando, sobretudo o meio ambiente e conseguindo com isso resultados diferenciados, vindo essa análise

a preencher uma lacuna, que Roesler (2009), deixou ao citar que alguns agricultores familiares se capitalizaram, a partir deste processo.

Assim, a abordagem do problema será qualitativa, pois pretende explicar como e o porquê, em que a entrevista encontra-se numa perspectiva temporal transversal, analisando a narrativa do agricultore familiar, definida por Alves e Blikstein (2006), *apud* (Dubois *et al.*, 1998, p. 427) como sendo “o discurso que se refere a uma temporalidade passada (ou imaginada como tal) com relação ao momento da enunciação”. Logo, Alves e Blikstein (2006, p. 406), entendem a narrativa “como o discurso que trata das ações que ocorreram no passado”.

Como instrumento de coleta de dados, dar-se-a a entrevista em profundidade, com a finalidade de extrair o máximo de informações acerca da problemática e do histórico da unidade familiar.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

A partir desta seção, inicia-se a apresentação dos dados obtidos por meio do estudo de caso específico, bem como os dados socioeconômicos do município de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná.

#### 3.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS

O município de Marechal Cândido Rondon, está localizado no estado do Paraná, na região do extremo oeste, o que pode ser visualizado no Quadro 1. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, obtidos por meio do Censo Demográfico 2010 e ainda, pelo Censo Agropecuário 2006, o município possuía em 2010, uma população de 46.819 habitantes, estando esta população estimada pelo referido instituto em 2014 em 50.299 habitantes. Sua área territorial é de 748.002 km<sup>2</sup>.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014)

O valor de rendimentos médio mensal por domicílio, na área rural é de R\$ 2.625,14, contra R\$ 3.174,34 dos domicílios localizados na área urbana do município. Já, de forma *per capita*, este mesmo rendimento é de R\$ 604,00 por habitante da área rural e de R\$ R\$ 666,67 por habitante da área urbana.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDMH), em 2010, era de 0,774. O referido índice, em nível de Brasil, era de 0,744, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município acima da média do país. (IBGE, 2014). Bracarense (2012), destaca que o IDH entre 0 e 0,499 é considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 considera-se médio e acima de 0,800 até 1 é considerado alto. Adicionalmente, o autor cita que o IDH é uma medida que busca aferir os avanços de uma população através de uma análise de suas características sociais, culturais e políticas, além da dimensão econômica. Assim, além de levar em conta o PIB *per capita*, o IDH considera outros dois componentes: a longevidade e a educação.

Dos 193 países existentes no globo, 185 destes possuem IDH apurado e, ao fazer uma análise destes dados, apurou-se um IDH médio de 0,6845. Logo, o IDH municipal de Marechal Cândido Rondon, está acima da média, tanto em termos nacionais, quando mundiais, onde o Brasil está com este índice maior do que 105 países, porém abaixo de 77 países, incluindo 4 países da América do Sul, sendo estes: Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela, em ordem decrescente de índice. (IBGE, 2014).

O município foi criado em 25 de julho de 1960, pela Lei Estadual nº 4.245, sendo desmembrado dos municípios de Toledo e Foz do Iguaçu. Atualmente o mesmo está dividido em 8 distritos, sendo: Marechal Cândido Rondon (Sede), Bom

Jardim, Iguaporã, Margarida, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Porto Mendes e São Roque.

Conforme o IBGE (2014), para Marechal Cândido Rondon,

A criação, o desenvolvimento e a vida histórica da comunidade estão ligados ao constante trabalho da indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ, empresa comercial constituída por gaúchos, liderados por Alfredo Ruaro, Luiz Alberto Dalcanalle, aliados a Curt e Egon Bercht, Willy Barth e Julio Gertun de Azevedo Bastian, que compraram, no início de 1945, da Companhia de Maderas Del Alto Paraná, a Fazenda Britânia, com grande área de terras. Através dessa empresa, chegaram na região oestina os primeiros colonizadores, o que se poderia chamar de “Invasão Gaúcha no Oeste do Paraná”.

Assim, a população deste município possui fortes traços da cultura gaúcha, bem como descendência europeia, destacando-se a descendência alemã.

Tabela 1 – Síntese das informações do município de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná

Área da unidade territorial	748,002 km²
Estabelecimentos de Saúde SUS	18 estabelecimentos
PIB per capita a preços correntes - 2011	24.618,31 reais
População residente	46.819 pessoas
População residente - Homens	22.833 pessoas
População residente - Mulheres	23.986 pessoas
População residente alfabetizada	41.949 pessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	2.625,14 reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	3.174,34 reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	604 reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	666,67 reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,774

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014)

No que tange especificamente à estrutura fundiária do município, Marechal Cândido Rondon é composto por pequenas propriedades rurais, conforme Thomas *et al.* (2013). Em 2013 eram 4.962 propriedades ou estabelecimentos rurais, conforme o Quadro 2 abaixo:

Quadro 02 – Estrutura fundiária do Município de Marechal Cândido Rondon – PR

Área das propriedades (ha)	Quantidade de estabelecimentos	% (quantidade de estabelecimentos)	Área total dos imóveis (ha)	% (área dos imóveis)
Até 05 hectares	1.034	20,84%	3.317,94	4,44%
De 05 a 10 hectares	1.088	21,93%	8.101,39	10,83%
De 10 a 20 hectares	1.620	32,65%	22.044,84	29,48%
De 20 a 30 hectares	878	17,69%	21.997,78	29,42%
De 30 a 50 hectares	226	4,55%	8.401,81	11,23%
De 50 a 100 hectares	93	1,87%	5.878,01	7,86%
De 100 a 500 hectares	21	0,42%	3.603,51	4,82%
De 500 a 1000 hectares	2	0,04%	1.438,10	1,92%
TOTAL	4.962	100%	74.783,38	100,00%

Fonte: Thomas *et al.* (2013)

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) classifica como sendo uma pequena propriedade, o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais e, também classifica um módulo fiscal para o município, o qual corresponde a 18 hectares. Assim, permite-se inferir, conforme o Quadro 2, que a estrutura fundiária de Marechal Cândido Rondon é composta por aproximadamente 98% de pequenas propriedades rurais, ou seja, com menos de 72 hectares.

### 3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA UNIDADE FAMILIAR

A escolha da propriedade rural familiar para o presente estudo de caso ocorreu por conveniência, uma vez que o agricultor familiar em questão é tradicional na atividade que desempenha e enquadra-se nos quesitos do refinamento da pesquisa, ou seja, é um agricultor familiar, que atua na atividade há muitos anos, tendo participado do processo de desbravamento do município, em especial, na localidade onde reside e, ao longo da sua vida de trabalho, conseguiu, com a força de trabalho da unidade familiar, aumentar o seu patrimônio, oferecer uma fração de terras aos três filhos, quando estes se casaram e deixaram a casa dos pais, bem como permitir uma boa condição de vida a si e à esposa, utilizando de forma eficiente os recursos advindos da modernização agrícola e fazendo uso sustentável dos recursos naturais existentes, preservando-os, acima de tudo.

A entrevista em profundidade ocorreu em 17/10/2014 em sua propriedade. Para preservar o seu anonimato, este será chamado de Senhor “Chico” e suas falas, foram transcritas a este estudo, de forma a permitir ao leitor, uma análise da sua narrativa em relação à modernização agrícola, utilização da força de trabalho, acesso a operações de crédito, percepções sobre a natureza e outros aspectos ligados à sustentabilidade.

### 3.2.1 Caracterização da do agricultor familiar e da propriedade rural

O produtor rural, escolhido para este estudo e aqui denominado de Sr. Chico, possui descendência alemã, por parte materna e origem portuguesa, pela parte paterna. Está com 64 anos de idade e sua escolaridade é equivalente ao ensino médio incompleto, ou antigo segundo grau incompleto, sendo o motivo pelo qual o produtor deixou de estudar foi o trabalho, pois citou que “Estudei até um pouco além da metade do segundo grau e depois parei, para trabalhar na lavoura” (Sr. Chico, 17/10/2014).

Com relação ao tamanho da propriedade, este produtor possui 45,5 hectares de área, sendo que em sua sede, há três lotes diferentes, porém contíguos e outra parte separada desta, distante aproximadamente dois quilômetros. A origem deste atual patrimônio deu-se parte por herança, sendo 7,26 hectares recebidos pela esposa de seus pais, quando ela e o Sr. Chico se casaram. O restante adquiriu com recursos da própria atividade, sendo que a parte da herança que cabia aos seus cunhados, por parte da esposa, foi aos poucos sendo adquirida pelo casal, durante a vida.

O valor que o produtor estima para seu patrimônio, é de aproximadamente R\$ 100.000,00, para cada alqueire de terras (2,42 hectares), conforme médias da região onde reside. Logo, o montante total avaliado para suas terras chega a aproximadamente R\$ 1.800.000,00.

O produtor não faz parcerias no uso da terra, bem como não arrenda para terceiros uma parte ou o total dela e, adicionalmente, não cultiva imóveis de terceiros, concentrando a força de trabalho apenas no imóvel próprio, utilizando eventualmente de troca de serviços com seus dois filhos homens, que o auxiliam em épocas de plantio e colheita, sendo o mesmo feito pelo Sr. Chico com as terras dos filhos.

Além dos imóveis acima mencionados, este produtor, durante a vida de trabalho no campo, conseguiu dar a cada um dos dois filhos homens, cerca de 12,10 hectares de terra, já transcrevendo esta em nome destes e mais uma quantia igual, aos mesmos, porém ficando este imóvel em nome do casal, Sr. Chico e esposa, podendo estes usufruírem da mesma desde então. Para a única filha, passou em dinheiro, o mesmo que os seus dois irmãos receberam em terras, sendo que essa partilha ocorreu quando ambos casaram-se. Hoje, os dois filhos homens ainda residem na mesma localidade, porém em sedes diferentes e sua filha, reside em outro distrito do mesmo município, tendo um estabelecimento comercial de venda de materiais de construção, em conjunto com o seu esposo.

Questionado sobre a terra que possui ser suficiente para o sustento da sua família, este mencionou que: “Sim, pois plantamos de tudo [...], nossa despesa com supermercado, por exemplo, é muito pequena. Nós produzimos em nossa propriedade quase tudo o que necessitamos para nossa sobrevivência!” (Sr. Chico, 17/10/2014).

Com relação à necessidade de aumento da propriedade, o produtor citou que gostaria, mas que pelo valor atual da terra na região, está difícil conseguir aumentar a propriedade, o que no passado era mais fácil, devido às condições de valorização do produto agropecuário serem diferentes das atuais, bem como o preço dos imóveis ainda não era tão elevado. Citou ainda que sente a necessidade de efetuar pequenas reformas em benfeitorias na propriedade, para facilitar o manejo das atividades.

Em termos de receita, o produtor aufer mensalmente cerca de R\$ 6.000,00 com a venda do leite para a cooperativa, na qual é associado. Deste, cerca de R\$ 2.000,00 são custos da produção, restando R\$ 4.000,00. Além disso, o produtor e sua esposa são aposentados por idade, recebendo cada um do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, o equivalente a um salário mínimo, ou seja, R\$ 724,00. Com estes valores, mantem a propriedade e os gastos familiares e, a renda das safras, que concentra-se em dois períodos do ano (meses de fevereiro e agosto), não compromete com este tipo de gasto, pois utiliza para o pagamento do custeio de lavoura, prioritariamente e, após, liquida os financiamentos de máquinas e outros, acumulando uma eventual sobra em uma poupança, para investimentos futuros, como a compra de imóvel rural, por exemplo.

### 3.2.2 Percepção sobre acesso a crédito rural

Questionado sobre o que pensa das atuais condições de acesso ao crédito, principalmente das linhas de fomento da atividade agropecuária, citou que não possui dificuldades, pois sempre foi adimplente em seus compromissos, o que lhe atribui um bom histórico junto aos dois agentes financeiros em que opera, sendo um deles, uma cooperativa de crédito, da qual é associado fundador e de um banco público, como qual opera desde o ano de 1974.

Relatou que, nos anos de 1990, os juros eram muito altos para financiamentos da agropecuária em geral, o que dificultava o acesso ou a quem mesmo assim acessava linhas de crédito rural, tornava a atividade economicamente inviável, não sendo um incentivo e sim, uma forma de comprometer o sucesso de um empreendimento. Anteriormente a este período, mencionou que o acesso era muito burocrático, em raras as oportunidades em que havia recurso disponível para o setor, o que era, de certa forma, um obstáculo ao crescimento da agricultura.

Com relação às atuais condições de acesso ao crédito, citou que está muito mais fácil e que há uma grande oferta de recursos para o custeio e investimentos do setor. Salientou que: “Está muito liberal hoje o acesso ao crédito. Muitos agricultores se arriscam demais com as dívidas que assumem. Eu sempre fui conservador neste sentido” (Sr. Chico, 17/10/2014).

### 3.2.3 Vantagens da vida no campo

O agricultor foi questionado sobre sua percepção em relação à vida no campo, em relação às vantagens e desvantagens. Seu relato foi: “Ah! Eu não largo nunca a vida no campo! Eu poderia ser a pessoa mais rica deste mundo que eu continuaria minha vida no interior [...]. Se eu tivesse muito dinheiro ou fosse então a pessoa mais rica do mundo, eu conservaria uma área de terras, construiria um lago, para poder criar peixes ou coisas do tipo, mas eu seria do campo!” (Sr. Chico, 17/10/2014).

Mencionou ainda como vantagens de ser viver no campo, a simplicidade com que a vida pode ser levada e que: “Quando eu convido alguns amigos para um churrasco, eu não preciso fechar a porta da frente, por medo!” (Sr. Chico, 17/10/2014).

Como desvantagens, apesar de ser questionado duas vezes, não citou nenhum fato que desfavoreça a vida no campo, mas pelo contrário, enfatizou a boa condição que lhe é permitida bem como para a sua família.

O entrevistado citou ainda que, se pudesse decidir o futuro e a profissão de seus filhos, os quais, no seu caso já são adultos e bem encaminhados, faria questão que os mesmos permanecessem na agricultura, oferecendo uma área de terras para eles poderem trabalhar no campo e dar continuidade ao trabalho que seu pai iniciou.

Nã obstante, questionado se o mesmo tivesse alguma economia ou condições de realizar um considerável novo investimento, o mesmo afirmou que o faria novamente na agricultura, na compra de terras e jamais em outra atividade fora da área rural.

#### 3.2.4 Práticas administrativas

Questionado sobre o entendimento que possui sobre o lucro, o produtor respondeu que entende como tal, o resultado de um bom investimento, em momento e em coisas certas, utilizando tecnologias adequadas para o manejo. Ao contrário, prejuízo na sua visão, é quando realizam-se investimentos sem planejamento e o retorno da sua produção é insuficiente para os custos.

Adicionalmente, o produtor foi indagado se pratica algum tipo de controle administrativo em suas atividades e a resposta foi positiva, tanto é que em sua vida, já participou de três cursos de Administração de Empresa Rural.

O que aprendera nestas oportunidades havia aplicado durante cinco anos, sendo todos os materiais e ferramentas disponibilizadas utilizadas para a administração de sua propriedade, porém passado este período acabou desistindo deste tipo de prática, uma vez que os resultados de seus controles sempre lhe forneciam resultados de que sua atividade não havia oferecido lucros, por ocasião, inclusive de frustrações de safras seguidas. Hoje, efetua um controle simples na forma de anotações em um caderno.

Quanto ao controle de custos, o produtor ao ter a oportunidade de participar dos cursos de capacitação, aprendeu como deveria proceder para o cálculo dos mesmos. Citou que, a sua margem de lucro atual na produção leiteira gira em torno de 40%, pelo fato de ter de efetuar a compra de rações e outros insumos necessários aos animais. Quanto à produção de grãos, seu custo é estimado em

sacas, sendo para cada alqueire de terra cultivado com soja, o que equivale a 2,42 hectares, deve reservar da produção 50 sacas de produto ou 3.000 quilos para os custos, enquanto que para a cultura do milho, o custeio exige 200 sacas ou 12.000 quilos. Com base no preço do produto em época após a colheita, efetua a análise de seus custos, previamente anotados em um caderno e verifica se haverá viabilidade da venda da produção naquele momento ou não, levando em conta o preço do produto no mercado. Caso analise como viável, vende a produção e liquida seus compromissos financeiros junto às instituições financeiras. Se o preço não estiver a contento, utiliza outras economias para saldar o custeio e mantém em depósito o produto para aguardar um melhor momento para a sua venda.

Com isso, percebe-se que, embora não haja uma prática administrativa robusta e informatizada, o produtor está sempre conectado com o mercado e preços dos produtos, bem como seus controles são funcionais para sua empresa rural.

### 3.2.5 Percepção sobre o processo de modernização da agricultura

O produtor rural familiar foi questionado quanto aos fatores ligados à modernização agrícola terem favorecido e melhorado as condições de vida do homem do campo, sobretudo dos pequenos agricultores, foco deste estudo. Diante disso, respondeu que: “Somos obrigados a acompanhar a modernidade! [...]. Não se pode ficar no passado e praticar as atividades da forma que fazíamos quando éramos jovens. É necessário acompanhar a tecnologia. Nossa condição melhorou!” (Sr. Chico, 17/10/2014).

O entrevistado citou que já participou de um curso, na cidade de Curitiba – Paraná, sobre modernização da propriedade e nesta oportunidade aprendeu várias práticas de manejo, sendo muitas delas implantadas em sua propriedade.

Dentre as várias tecnologias disponíveis ao homem do campo, algumas delas necessitam serem testadas, antes de sua completa utilização e, em neste sentido, o produtor citou que há aproximadamente 15 anos efetua o plantio de sementes de várias cultivares de milho, em pequenos canteiros, para assim, identificar quais variedades melhor se adaptam às condições de solo e de clima da região, para após, cultivar em suas lavouras. O mesmo já ocorreu nos últimos três anos com cultivares de soja, em uma experiência sobre o enraizamento das plantas.

Quando questionado sobre a interferência do Estado na modernização agrícola, o produtor mencionou que de alguns anos para cá, as políticas incentivaram o pequeno produtor a modernizar sua propriedade, estimulando o segmento produtivo. Aqueles que no passado, tinham dificuldades em acessar linhas de crédito rural, por exemplo, hoje conseguem com certa facilidade o crédito que necessitam.

Isso teria auxiliado vários pequenos produtores a reterem em suas propriedades os seus filhos, para continuarem na atividade agropecuária, o que sem o incentivo de políticas e de disponibilidade de crédito em condições favoráveis, não seria possível e teria impulsionado ainda mais o êxodo dos jovens para a cidade, bem como dos agricultores sem perspectiva junto ao meio rural.

Ainda, mencionou que o processo de modernização agrícola não tirou oportunidade dos jovens no campo, mas estes foram influenciados pelo ambiente em que viviam, principalmente o ambiente urbano, uma vez que estes passaram a estudar fora de suas vilas ou áreas rurais, podendo conhecer a realidade da cidade e de outras pessoas. Logo, o meio social que passaram a fazer parte lhes influenciou a deixar a casa dos pais e viver na cidade.

Não obstante, o processo de modernização, permitiu ao homem do campo, na sua percepção, a inclusão social, pois os produtores para tornarem-se aptos a trabalhar com novas práticas de manejo, se obrigaram a participar cada vez mais de palestras, reuniões, treinamentos e outros do gênero. Isso, além de capacitar os produtores, permitiu que estes conhecessem outros agricultores na mesma situação, o que possibilitou o aumento do círculo de contatos e de amizades, o qual no passado era restrito a vizinhos de propriedades.

Sua narrativa prosseguiu afirmando que pretende viver o resto de sua vida no campo. Além disso, relatou que sempre foi uma pessoa dedicada. Ainda quando jovem, já objetivava ser dono do seu próprio imóvel rural, pois até seus 20 anos de idade, trabalhou como empregado e diz ter sofrido muito em seus anos iniciais da fase adulta. Quando se casou em 1974, não possuía nada além de uma junta de bois para trabalho, uma carroça e um botijão de gás, o qual levou para a propriedade que sua esposa recebeu de doação dos seus pais.

### 3.2.6 Percepção sobre a natureza e a sustentabilidade

O produtor rural relatou que em 1963, quando viera ao estado do Paraná, já se iniciaram as derrubadas das matas para plantio. Entre os anos de 1975 a 1977, houve uma estiagem que fez com que muitas matas fossem queimadas e já, naquela época, as condições climáticas no que tange às altas temperaturas, eram percebidas tal como atualmente. Logo, enfatizou que se houveram mudanças nas temperaturas da época em relação às atuais, foram mínimas. Citou inclusive que em regiões como na Amazônia, as altas temperaturas também castigam a região, mesmo havendo abundância em árvores.

A ideia de natureza com exploração rural é vista pelo produtor como duas necessidades que devem andar juntas. Explorar de forma sustentável é fundamental para a permanência de nossa geração e também das futuras. Em sua propriedade, o solo é preparado de forma a não sofrer erosão das chuvas, com as chamadas curvas de nível, nas quais anualmente faz manutenções com máquinas específicas para que as áreas próximas das curvas fiquem porosas, a fim de que a água das chuvas possa penetrar e manter a boa qualidade das plantas e por consequência, do solo.

Adicionalmente, utiliza adubação orgânica e adubação verde para a conservação e manutenção da fertilidade do solo, o que é considerado por este como uma forma de preservar a natureza e devolver a ela o que lhe é oferecido em abundância. Citou ainda, que a sua mata é toda cercada e faz questão de preservar espécies de árvores que dificilmente se veem na região, após um período intenso de exploração e derrubadas. “A natureza se regenera, mas é preciso que nós a ajudemos, pois se nós não fizermos nossa parte, a natureza sozinha não conseguirá se regenerar!” (Sr. Chico, 17/10/2014).

Questionado sobre a legislação ambiental que impera sobre os agricultores e em especial, ao pequeno produtor rural, este não a considera justa, pois para a derrubada de uma árvore para consumo de lenha, por exemplo, se o produtor for flagrado, recebe sanções pesadas. “Os ambientalistas, da forma como sabem multar os agricultores, deveriam ir até as comunidades e orientar, ou melhor, conscientizar os agricultores sobre práticas de exploração sustentável da natureza” (Sr. Chico, 17/10/2014).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização agrícola e a sua assimilação por parte dos agricultores familiares resultou em melhoras significativas na unidade familiar. Os meios de trabalho que adotados, substituíram práticas anteriormente utilizadas que, até então, eram eficazes, contudo a partir deste novo cenário, as pequenas propriedades rurais foram aos poucos modernizando e acompanhando as mudanças, que Lopes, Sarti e Otero (2012), já citaram em um estudo.

A pequena propriedade rural que tinha a força de trabalho vinculada à família teve condições de aumentar sua produção e conseqüentemente a sua renda. Roesler (2009), afirma que a partir do processo de modernização, alguns produtores se capitalizaram, como no caso do produtor rural objeto deste estudo de caso, contudo, outros passaram pelas mesmas etapas, mas não conseguiram acompanhar o cenário, levando-os a ficarem excluídos do processo em termos econômicos, tecnológicos e sociais.

Toda a mudança gera resultados positivos e negativos. Para estar apto a estas, o produtor rural, sobretudo o pequeno proprietário, necessitou melhorar suas práticas administrativas. A estes, não bastou apenas seguir os ensinamentos recebidos de seus antepassados, mas sim, acompanhar as mudanças através de uma efetiva capacitação sobre práticas de manejo e, não obstante, sobre práticas administrativas, o que levou o produtor rural a ser percebido como um empresário rural, conforme define Crepaldi (2012) e a propriedade rural como uma empresa rural, que Marion (2014) defende em sua teoria, necessitando de um acompanhamento tal como de uma empresa de outro setor, embora ainda, profissionais que estejam aptos a realizarem este papel de assistência, são raros, tornando este um nicho de mercado a ser explorados pelos formados da Administração.

Adicionalmente, o desenvolvimento da propriedade rural só foi possível graças ao empenho dos empresários rurais e sua luta constante para a sobrevivência de sua família e, sobretudo, da permanência das gerações vindouras no campo, a qual não ocorreu como previsto pelos pais dos jovens, pois o manejo que antes necessitava de mão de obra braçal, a partir deste processo, passou a ser executado por máquinas, diminuindo os postos de trabalho e fazendo com que se acentuasse o êxodo aos centros urbanos, o que ainda ocorre, porém em ritmo

menor (LEISMANN, 2007). Além do empenho destes corajosos atores, a oferta de crédito rural com condições condizentes com a realidade da agricultura foi salutar para este avanço, o que já foi citado por Gasques, Bastos e Baccio (2008).

Quanto à sustentabilidade, percebe-se que as práticas de cultivo e de manejo das atividades agropecuárias, em geral, voltam-se para a preservação dos recursos naturais ainda existentes, uma vez que no passado, a exploração e a ocupação de áreas de terras de matas virgens, foi necessária ao desenvolvimento da agricultura, sobretudo da região oeste paranaense, ocupada por imigrantes que com poucos recursos financeiros, mas com grandes virtudes, especialmente a força e a vontade de trabalhar, transformaram a região em um grande produtor de alimentos e não obstante, em uma nova oportunidade de vida para estas famílias.

Embora neste passado tenha ocorrido a exploração desordenada dos recursos ambientais, há uma preocupação em preservar o solo, a água, os rios, matas, animais, para além de manter um equilíbrio no ecossistema, obedecer às legislações ambientais, as quais, conforme o relato do produtor rural objeto deste estudo, não são claras e tão pouco justas, pois na visão deste, busca-se a punição por práticas indevidamente executadas, mas não há uma preocupação dos agentes ambientais quanto à conscientização da população, especialmente os produtores rurais. Necessita-se dos órgãos de proteção ambiental, uma maior participação junto às comunidades com vistas a divulgar práticas sustentáveis que possam ser inseridas no contexto das propriedades rurais.

Muito se recebeu da natureza e os produtores rurais estão cientes que precisam contribuir com a sua preservação, pois o que produzem e, conseqüentemente, a renda que os mantem, resulta das condições advindas da natureza. Sem ela, não se produz, não se sobrevive, não há crescimento. Logo, entende-se que o mundo é finito e que é necessária a mudança de comportamento, para tornar a exploração dos meios de produção sustentáveis, ao ponto de retirar da natureza apenas aquilo que ela é capaz de regenerar (Jackson, 2013).

Este estudo tratou de um caso único: logo, não pode ser generalizado à todos os agricultores familiares, mas permitiu conhecer uma percepção sobre os aspectos ligados à modernização agrícola e sobre a sustentabilidade. Como sugestão, futuros estudos de caso sobre outros agricultores podem ser realizados, sob a mesma abordagem, a fim de permitir uma comparabilidade e, não obstante, que sejam objetos de estudo os agricultores familiares que ficaram excluídos a partir do

processo de modernização, em termos econômicos, sociais e tecnológicos. Assim, haverá uma visão mais ampla do que este avanço gerou junto à agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Mário Aquino; BLIKSTEIN, Izidoro. Análise da narrativa. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. Paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRACARENSE, Paulo Afonso. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Curitiba: IESDE, 2012.

BRANDALISE, Loreni T. Desenvolvimento sustentável e o setor público. In: BRANDALISE, Loreni T. e NAZZARI, Rosana K.. (Orgs.) **Políticas de sustentabilidade**: responsabilidade social e corporativa das questões ecológicas. Cascavel: Edunioeste, 2012.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural**. Uma abordagem decisorial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELESSI, C.; MARCELESSI, J. B. e MEVEL, J. P. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1995.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; BACCHI, Mirian R. Piedade. Produtividade e fontes de crescimento da agricultura brasileira. In: NEGRI, J. A. de; KUBOTA, L. C. **Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil**. Brasília: Ipea, 2008. Cap. 11, p. 435-459.

GUANZIROLI, Carlos E. [et al]. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HENRIQUES, Adrian. RICHARDSON, Julie. Introduction: Triple Bottom Line – Does it all add up? In: HENRIQUES, Adrian. RICHARDSON, Julie (editores). **The Triple Bottom Line**: does it all add up? Assessing the sustainability of business and CSR. Earthscan: London, 2004. p. 19-22.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411460&idtema=16&se arch=parana|marechal-candido-rondon|sinthese-das-informacoes>>. Acesso em: 17 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Indicadores sociais**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/paisesat/main\\_frameset.php](http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php)>. Acesso em: 17 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Infográficos**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=411460&search=parana|marechal-candido-rondon|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 17 out. 2014.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Qual é a aplicação do módulo fiscal?** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/perguntas>>. Acesso em: 17 out. 2014.

JACKSON, Tim. **Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito**. São Paulo: Planeta Sustentável, 2013.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. v. 1

\_\_\_\_\_. **L'agriculture familiale**. Du mythe à la réalité. L'Harmattan: 1994. v. 2.

LEISMANN, Edison Luiz. Sustentabilidade socioeconômica das pequenas propriedades agrícolas. In: VANDERLINDE, Tarcísio; GREGORY, Valdir; DEITOS, Nilceu Jacob (Orgs). **Migrações e a construção do oeste do Paraná**. Século XXI em perspectiva. Cascavel: Coluna do Saber, 2007.

LIMA, Dalmò M. de Albuquerque e WILKINSON, John (Orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

LOPES, Maurício Antônio. SARTI, Fernando. OTERO, Manuel. Apresentação. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. ALVES, Eliseu. SILVEIRA, José Maria da. NAVARRO, Zander. (editores). **O mundo rural no Brasil no século 21**. A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

LOURENÇO, Joaquim Carlos. BARBOSA DE LIMA, César Emanuel. **Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/09/clbl.htm>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NANTES, J. F. D. Gerenciamento da Empresa Rural. In: BATALHA, Mário O. (coord.). **Gestão Agroindustrial**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

REDE Nacional de Informação sobre o Investimento - RENAI. **Por que Brasil?** Disponível em: <<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

RODRIGUES, Roberto. O céu é o limite para o agronegócio brasileiro. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, V.60, n.11, p.14-15, nov. 2006.

ROESLER, Douglas André. **Racionalidades e práticas administrativas do agricultor familiar no contexto ambiental: um estudo em três comunidades rurais do sul da região metropolitana de Curitiba - Paraná**. 2009. 327 p. (Tese de Doutorado) – Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

SCHRAMM, Wilbur. **Notes on case studies of instructional media projects.** Dec/1971. 43 p. Working paper for Communication Research, Stanford University, Califórnia, USA.

THOMAS, Jorge André. [et al]. A participação do PRONAF no desenvolvimento das pequenas propriedades no município de Marechal Cândido Rondon – PR. In: JORNADA ACADÊMICA DA FACULDADE LUTERANA RUI BARBOSA – FALURB, IX, 2013, Marechal Cândido Rondon, PR. **Anais...** Marechal Cândido Rondon: FALURB, 2013.

UECKER, G. L., BRAUN, M. e UECKER, A. D. A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias. In: XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – **Anais...** SOBER, 2005, Ribeirão Preto – SP, 2005.

VILARINHO, Maria Regina. **Questões sanitárias e o agronegócio brasileiro.** Disponível em: <<http://www.embrapa.br/embrapa/>>. Acesso em: 29 set.2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

*Artigo recebido em: Agosto/2015*

*Aceito em: Outubro/2015*